

POR QUE APOIAR A PRODUÇÃO CIENTÍFICA COM TEMÁTICAS SOBRE AS MULHERES DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS?

Karla Emmanuela R. Hora¹

Vivemos tempos difíceis no ano de 2015. Período em que nossas mentes são obrigadas a conviver com ideias turvas em meio ao emaranhado de notícias que reforçam o golpismo oportunista e eleitoral, a discriminação racial, a misoginia, o sexismo, o machismo, a homofobia, a culpabilização do pobre e do jovem. Vemo-nos embaralhados num turbilhão de frases de efeito que sustentam a mídia em nosso cotidiano. Convivemos com uma conjuntura que se alimenta da incerteza do futuro e da certeza da desinformação. Mas não nos deixemos enganar pelas aparências.

Segundo Cora Coralina, *se temos de esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida. Se for para semear, então que seja para produzir milhões de sorrisos de solidariedade e amizade.*

É este caminhar largo, sereno e persistente que se pode identificar no rol de políticas públicas, programas e ações específicas para a promoção da autonomia da mulher do campo, das águas e das florestas criadas desde 2003 no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR).

Esse **semear** se revela nos resultados obtidos pelas produções acadêmicas apoiadas nos editais do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais.

São três institucionalidades distintas que se articularam na proposta do Edital “Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo” apoiando um conjunto de produções acadêmicas que visibilizaram o universo e a diversidade das mulheres rurais. As edições de 2008, 2010 e 2012 revelaram mais de 133 trabalhos cujo aporte financeiro ultrapassou 5,4 milhões de

1 Dra. Meio Ambiente e Desenvolvimento. Docente da Escola de Engenharia Civil da Universidade Federal de Goiás. Foi Diretora de Políticas para Mulheres Rurais do MDA no período out/2012 a març/2015. Email: karlaemmanuela@gmail.com

reais para pesquisas no âmbito da agricultura familiar, reforma agrária, extrativismo, pesca artesanal, povos e comunidades tradicionais dentre outros no universo rural.

Se, por um lado, as pesquisas demonstraram o trabalho, a labuta e a necessidade das mulheres rurais nas seguintes temáticas: *educação profissionalizante; enfrentamento da violência; esporte e lazer; geração e migração; saúde e meio ambiente; trabalho*; por outro, também, revelaram os avanços e as insuficiências da própria política pública. Tornando-se, assim, reveladoras do momento em que vivemos.

Dessa forma, direta ou indiretamente, todas as pesquisas contribuíram com o processo de reflexão sobre a efetividade da política pública, identificando gargalos e, algumas, apresentando soluções. Contudo, as investigações, também, encontraram dificuldades em dialogar com a simultaneidade dos fatos existentes entre o “elaborar-normatizar-implementar-monitorar-revisar-readequar” da política pública. E nem sempre, chegam ao conhecimento dos (as) gestores (as) e operadores (as) desta. Embora, nem todas as investigações tenham esta pretensão.

Assim, apoiar as pesquisas em curso, para além da importância que já representam sob a perspectiva do desenvolvimento intelectual e tecnológico do país, também significou uma porta de diálogo direta entre o Governo e as Instituições de Ensino Superior atestado no *Seminário de Apresentação dos resultados da Chamada Pública Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos*, realizado em setembro de 2014 em Brasília.

Durante o debate e a apresentação dos trabalhos relativos ao universo rural, quatro blocos de proposições foram organizados, sendo: políticas públicas; divulgação dos resultados; próximos encontros; próximos editais. Ali, os mecanismos e estratégias adotados para garantir e efetivar direitos para as mulheres rurais foram analisados contribuindo para o registro do marco político que se constituiu no país de 2003 em diante, no qual a inclusão e a participação social foram tomadas como paradigmas. Ficou evidente, também, a importância dos editais específicos e a necessidade da sua constante revisão com inclusão de propostas do público atendido pelos financiamentos.

Para além das sugestões no âmbito da administração e gestão dos editais, também cabe destacar a importância da participação ativa das próprias mulheres rurais nas pesquisas.

Assim, o **semear** também se faz com *e* entre as mulheres rurais.

Elas que se organizam para sua grande marcha em 2015. A Marcha das Margaridas, na sua 5ª edição demonstra e reforça a importância das políticas públicas de caráter específico. As mulheres do campo, das águas e das florestas compõem o segmento da agricultura familiar, que, no último período, por meio do permanente diálogo com o governo, impulsionaram a adoção de paridade em distintos momentos dos quais se destacam a realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2013 e a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica com garantia de atendimento de 50% de mulheres do público beneficiário.

Essas mulheres, cujas lutas e reivindicações conseguiram do Estado reconhecimento e visibilidade que se concretizou em uma nova institucionalidade, seja pela criação da SPM-PR com status de Ministério, seja pela consolidação da DPMR no MDA.

Esta institucionalidade permitiu incorporar, de 2003 até hoje, ações de combate à desigualdade de gênero no meio rural e consolidar práticas de promoção da autonomia das mulheres baseadas no acesso a: cidadania; terra e ao território; recursos financeiros e serviços especializados (crédito, assistência técnica, mercados) e fortalecimento da participação social. Políticas estas que garantiram direitos, dos quais se destacam²:

- 1.354.019 mulheres atendidas no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, cujos mutirões emitiram 2.739.047 documentos. (Dados de 8jan2015)
- Alteração de 24% para 70% de mulheres titulares de lotes advindos da reforma agrária entre 2003-2014 garantido pela implementação da obrigatoriedade da titulação conjunta e do reconhecimento da mulher chefe de família.
- 515 mil contratos de Pronaf com Mulheres no Plano Safra 2013/2014, representando 27% do total de contratos nesta safra.
- 52% de mulheres no público beneficiário da Assistência Técnica e Extensão Rural em contratos gerenciados pelo MDA em 2014.
- 59 mil mulheres beneficiadas pela ATER Setorial entre 2004-2013.
- 114 projetos apoiados pelo Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, beneficiando mais de 138 mil mulheres entre 2004-2013.
- Estabelecimento de cotas específicas para mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos, possibilitando que os contratos com mulheres alcançassem 49,6% do total contratado em 2014.

² Fonte: HORA, K.E.R. Políticas para Mulheres Rurais. Mimeo. Março/2015.

As estratégias adotadas no âmbito da DPMR se relevaram promissoras na efetivação de cotas para mulheres rurais no acesso a política pública, embora ainda convivam com as barreiras do monitoramento cujos desafios têm sido exaustivamente debatidos.

Por fim, se as notícias querem deixar nossas ideias turvas, deixemos que os artigos e a produção acadêmica apoiada no âmbito dos editais CNPq/SPM/MDA juntamente com a Marcha das Margaridas criem as possibilidades de construção de um novo futuro com mais direitos e mais políticas públicas para as mulheres esparramando *milhões de sorrisos de solidariedade e amizade*.